



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO

REFORMA DO MIRANTE DE SÃO GONÇALO, MACEIÓ- AL.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

MACEIÓ– 25 DE FEVEREIRO DE 2019

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA REFORMA DO
MIRANTE DE SÃO GONÇALO, NO BAIRRO DO FAROL, EM MACEIÓ-AL.**

Tendo em vista o disposto nos art. 7º, incs. I e II, § 2º, I e II, e art. 12, incs. I a VII, da Lei nº 8.666/93, e considerando todos os estudos e levantamentos realizados durante a fase dos estudos preliminares, apresentamos a seguir o PROJETO BÁSICO - realizado objetivando reunir elementos técnicos necessários e suficientes à perfeita caracterização da obra em tela -, e o PROJETO EXECUTIVO – contendo os detalhamentos de metodologias e técnicas executivas, bem como estratégias de execução , visando conjuntamente fornecer subsídios à realização de competente procedimento licitatório e conseqüente contratação de empresa especializada, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei supracitada.

1. DADOS GERAIS

1.1 Maceió é um município brasileiro, capital do estado de Alagoas, situado na microrregião homônima e mesorregião do Leste Alagoano, Região Nordeste do país. Tem uma população de aproximadamente 1.100.000 habitantes.

1.2 A cidade tem uma temperatura média anual de 25 a 29 graus centígrados. Com uma taxa de urbanização da ordem de 99,75 por cento, seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,735, considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o primeiro do estado.

1.3 A cidade anualmente atrai uma enorme quantidade de turistas e uma das demandas tanto para beneficiar a população local quando esse fluxo de turistas durante todo o ano é a melhoria, seja através de reforma ou ampliação dos espaços públicos.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

2. OBJETO

2.1 A presente Licitação destina-se, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário, à contratação de empresa de engenharia civil para a execução de serviços de **REFORMA DA PRAÇA MIRANTE DE SÃO GONÇALO, NO BAIRRO DO FAROL**, conforme as características e especificações descritas neste Projeto Básico e Executivo.

3. JUSTIFICATIVA

A reforma da Praça Mirante de São Gonçalo visa oferecer uma melhor infraestrutura para que a população, moradores e turistas, possa se beneficiar deste espaço de convívio e lazer.

UNIDADE REQUISITANTE

3.1 A Unidade Requisitante do objeto pretendido é a Secretaria Municipal de Turismo.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 O Mirante de São Gonçalo está localizado no bairro do Farol.

5. CARACTERÍSTICAS

5.1 Recomposição de grama (tipo esmeralda em rolo) em todos os canteiros da praça, com a preparação do solo com a remoção qualquer mato, erva daninhas, pedras e entulhos, nivelar a área de plantio, deixando-o mais homogêneo, fazer sulcos, remexer a terra 10 cm de profundidade para aerar o solo e quebrar qualquer pedaço de terra dura no terreno verificar a necessidade de fertilização (calcário dolomítico) e recomposição das guias dos canteiros com utilização de meio-fio por de concreto (pré-moldado 12cm base x 9cm topo e altura de 30cm).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

5.2 Recomposição pontual dos balaustres do guarda corpo do mirante e de suas duas esculturas de concreto. Prever pintura de todo guarda-corpo original com cor clara conforme orientação do patrimônio histórico.

5.3 Prever a troca de todo revestimento da calçada de toda a praça e trecho na área de observação no mirante, por piso de bloco intertravado (blocos pré-fabricados de concreto retangular de 20x10cm com 6cm de espessura) e piso em concreto moldado in-loco despolado (varrido) armado e substituição de todos os meio-fio por de concreto (pré moldado 12cm base x 9cm topo e altura de 30cm) ver projeto arquitetônico anexo D.

5.4 Elevação da via que circunda toda a praça em piso intertravado (blocos pré-fabricados de concreto retangular de 20x10cm com 6cm de espessura, na cor natural), ver projeto arquitetônico anexo D.

5.5 Prever a demolição de todos os bancos de concreto antigos e incluir bancos de madeira certificada (tipo eucalipto ou pinus) com acabamento em polisten de 1,50m de largura com a fixação no piso (chumbado), verificar indicação no projeto arquitetônico anexo B.

5.6 Incluir demarcação zebrada na via (Rua Osvaldo) para delimitar área de embarque e desembarque dos ônibus de turismo, ver indicação no projeto arquitetônico anexo D.

5.7 Para todos os quantitativos e áreas verificar a planilha indicadas no Anexo 1.

5.8 Inclusão de quiosque na praça São Gonçalo, sendo a estrutura do quiosque (vigas e colunas) em madeira tratada certificada, com fechamentos internos e externos em madeira certificada (tipo eucalipto ou pinus), sendo o externo torneado meia-lua com diâmetro de 8cm com acabamento em polistem e acabamento interno em régua de 10cm (no sentido horizontal) utilizando encaixe tipo macho fêmea. Todo o quiosque será acomodado em base de concreto moldado in loco com acabamento convencional (varrido) com espessura de 6cm armado, os dois banheiros do quiosque terão barras de apoio em aço inox cuba em louça na cor branca e vaso sanitários de louça branca e metais com temporizador portas em madeira com placas de sinalização e uma janela sob a porta em vidro temperado fixo de 10mm (esquadria tipo boca de lobo) e 7 janelas basculantes em madeira (fechamento área de atendimento quiosque). Bancada na área de atendimento será em granito polido andorinha/ Castelo/ Corumbá ou similar. Banheiros terão forro de madeira Cumaru/ Champanhe ou equivalente tipo de encaixe macho fêmea. A telha utilizada no quiosque será em telha metálica termoacústica (30mm) com 10% de inclinação, com fechamentos laterais tipo



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

platibanda e trama do telhado (as ripas,terças e caibro) será em madeira, ver projeto arquitetônico e ampliações do quiosque nos anexos F, G, H, I, J e K.

5.9 Inclusão de pérolas em madeira certificada tratada (eucalipto ou pinus) com vegetação na via elevada para complementar o novo paisagismo da praça, ver detalhes no projeto arquitetônico anexo E.

5.10 O sistema de abastecimento de água será através de água potável fornecida pela concessionária local (CASAL) através de entrada de 25 mm, ver projeto complementar em anexo M.

5.11 O sistema primário de esgotamento sanitário será através de sistema fornecido pela concessionária local (CASAL) ver projeto complementar em anexo M folha 13.

5.12 A Energia do quiosque será fornecida pela (ELETROBRAS) ver projeto em anexo L.

5.13 Inclusão de um totem “Eu Amo Maceió” que serão confeccionados em concreto armado (material: cimento, areia, traço, varão retorcido de $\frac{1}{2}$ e $\frac{3}{4}$), fixo (chumbado no piso) e pintado (pintura epox), medidas 0,80x0,80x0,15cm com total de 1,80x5,40m, localização de acordo com o modelo indicado no projeto arquitetônico no anexo C.

6. VISTORIA

6.1 Será facultado às empresas interessadas ou seus representantes legais, devidamente identificados, vistoriar os locais de execução dos serviços.

6.2 Embora não seja obrigatória a visita ao local da obra, é recomendável que a CONTRATADA realize a vistoria antes de apresentar a sua proposta de preços, pois não serão aceitas quaisquer alegações posteriores por desconhecimento das condições existentes.

6.3 Caso a vistoria seja realizada por arquiteto, engenheiro civil ou técnico em edificações, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, autorizados pela empresa licitante para esse fim e serão acompanhados por servidor designado pela Secretaria Municipal de Turismo de Maceió.

6.4 As empresas emitirão a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, atestando que vistoriou o local de execução de serviços para identificarem as características especiais e dificuldades que, porventura, possam existir na execução dos trabalhos, admitindo-se, conseqüentemente, como



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

certo, o prévio e total conhecimento das condições sobre os locais pertinentes à execução dos serviços.

6.5 O agendamento da vistoria deverá ser efetuado previamente pelos telefones **(82) 3336.3631**, de segunda à sexta-feira, das 08h: 00min às 14h: 00min.

6.6 O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.

7. ESTIMATIVA DE CUSTO

7.1 Os valores estimados para a execução dos serviços são:

7.1.1 Reforma do Mirante de São Gonçalo - VALOR: R\$ 249.797,26
(DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL SETECENTOS E NOVENTA E SETE
E VINTE REAIS E SEIS CENTAVOS).

7.2 A planilha foi elaborada pela SEMTUR, tendo por limite máximo os custos das tabelas SINAPI - AL.

7.3 Os Benefícios e Despesas Indiretas - BDI máximo utilizado é de 29,01%, podendo variar para menos, conforme o serviço.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

ALGUMAS NORMAS TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS

Normas Técnicas da ABNT	
NBR 6118/03	Projetos de estruturas de concreto – procedimento
NBR 6120/80	Cargas para o cálculo de estruturas de edificações
NBR 15220/3	Desempenho térmico de edificações – Parte 2
NBR 6122/96	Projeto e execução de fundações
NBR 8681/03	Ações e segurança nas estruturas – procedimento
NBR 14956/03	Blocos de concreto celular autoclavado parte 1 c/ argamassa colante industrializada
NBR 14956/03	Blocos de concreto celular autoclavado parte 2 c/ argamassa colante industrializada
NBR 14974/03	Bloco sílico-calcário p/ alvenaria parte 2
NBR 7211/83	Agregado para concreto
NBR 7212/84	Execução de concreto dosado em central
NBR 12655/96	Concreto – Preparo, controle e recebimento
NBR 12654/92	Controle tecnológico de materiais componentes do concreto
NBR 15146/04	Controle tecnológico de concreto – qualificação de pessoal – requisitos
NBR 14918/02	Execução de estruturas de concreto – procedimento
NBR 6689/81	Requisitos gerais para condutos de instalações elétricas prediais
NBR 5410/04	Instalações elétricas de baixa tensão
NBR 14122/98	Ramal Predial – Cavalete galvanizado DN 20 – Requisitos
NBR 5648/99	Sistemas prediais de água fria – Tubos e conexões de PVC 6, 3, PN 750 KPA, com junta soldável – Requisitos
NBR 5688/99	Sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – Tubos e conexões de PVC, tipo DN – Requisitos
NBR 9256/86	Montagem de Tubos e Conexões Galvanizados para Instalações Prediais de Água Fria
NBR 7372/82	Execução de Tubulação de Pressão – PVC rígido com junta soldada, rosqueada, ou com anéis de borracha
NBR 13206/94	Tubo de cobre leve, médio e pesado sem costura, para condução de água e outros fluidos
NBR 5626/98	Instalação Predial de Água Fria.
NBR 7542/82	Tubo de Cobre Médio e Pesado, Sem costura, Para Condução de Água.
NBR 12217/94	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público
NBR 8160/99	Sistemas prediais de esgoto sanitário – projeto e execução
NBR 10844/89	Instalações prediais de águas pluviais
NBR 14081/98	Argamassa colante industrializada para assentamento de placas de cerâmica –



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

	Especificação
NBR 137/97	Argamassas e concreto- água para amassamento e cura de argamassa e concreto de cimento portland
NBR 13281/95	Argamassa industrializada para assentamento de paredes e revestimento de paredes e tetos
NBR 13207/94	Gesso para a construção civil
NBR 7200/98	Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas
NBR 13754/96	Revestimento de paredes internas c/ placas cerâmica e com utilização argamassa colante
NBR 13755/96	Revestimento de paredes externas e fachadas c/ placas cerâmica argamassa colante
NBR 13753/96	Revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento
NBR 12721/99	Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio – Procedimento
NBR 9050/94	Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço, mobiliário e equipamento urbano
NBR 7480/96	Barras e fios de aço destinados a armaduras para concreto armado
NBR 13756/96	Esquadrias de alumínio – Guarnição elastomérica em EPDM para vedação – Especificação
NBR 11702/92	Tintas para edificação não industriais
NBR 13818/97	Placas cerâmicas para revestimentos – Especificação e métodos de ensaios.
NBR 14715/01	Chapas de gesso acartonado – Requisitos
NBR 1367/91	Áreas de vivência em canteiros de obras.
NBR 5674/99	Manutenção de Edificações – Procedimento
NBR 14037/98	Manual de Operação – uso e manutenção das edificações – conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação
NBR 13752/96	Perícias de engenharia na construção civil
NBR 6494/90	Segurança nos Andaimos
NBR 14432/01	Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações
NBR 8214/1986	Assentamento de azulejos
NBR 5419/2001	Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Preliminares

8.1.1 Estas especificações técnicas têm por objetivo fixar as condições gerais que serão obedecidas durante a execução das obras; apresentar normas de execução dos serviços, qualidade e aplicação dos materiais que serão utilizados na obra.

8.1.2 As obras serão executadas em conformidade com os elementos técnicos fornecidos pela SEMTUR, com a adoção da melhor técnica.

8.2 Execução dos Serviços

8.2.1 A execução de todos os serviços contratados obedecerá rigorosamente às normas em vigor da ABNT e Concessionárias de serviços públicos.

8.2.2 Na ausência das normas supra mencionadas aplicar-se-ão, no caso de materiais e equipamentos, aquelas prescritas pelo fabricante.

8.2.3 Os materiais e equipamentos serão de primeira qualidade, bem como será empregada a mais apurada técnica na execução das obras.

8.2.4 Não será admitida, na obra, a aplicação de materiais, equipamentos usados ou diferentes dos especificados.

8.2.5 Todos os equipamentos, materiais e providências que, porventura, demandem maior tempo para instalação ou fornecimento, deverão ser providenciados pelo construtor, em tempo hábil, visando não acarretar descontinuidade na evolução da obra, em qualquer de suas etapas.

8.2.6 Quando não houver razões ponderáveis e relevantes para a substituição de determinado material e/ou equipamento, anteriormente especificado por outro, o construtor deverá apresentar, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a proposta de substituição, instruindo-a com os motivos que determinaram a solicitação.

8.2.7 A substituição somente será efetivada se aprovada pela fiscalização, não implicando em ônus adicionais e resultando em melhoria técnica ou equivalência comprovada, a critério da fiscalização da SEMTUR.

8.2.8 A forma de apresentação destas especificações e demais elementos fornecidos, não poderá ser alegada, sob qualquer pretexto, como motivo de entendimento parcial ou



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

incompleto por parte dos licitantes, visto que os técnicos indicados pela SEMTUR encontrar-se-ão à disposição dos interessados para quaisquer esclarecimentos, que se fizerem necessários.

8.2.9 As taxas cobradas pelas concessionárias de serviços públicos (água, luz, telefone), a título de regularização das instalações provisórias ou definitivas, serão consideradas encargos da empresa contratada.

8.2.10 Os casos onde não couber a aceitação pelos órgãos públicos competentes e concessionárias de serviços são de exclusiva responsabilidade da empresa executante, cabendo à mesma os ônus ou encargos decorrentes de erros, imperfeições e não conformidades que obstruam a obtenção da referida aceitação.

8.2.11 A execução de obras e serviços por empresas subcontratadas não excluem, em qualquer hipótese, a responsabilidade da construtora, visto que, perante a fiscalização da SEMTUR, a mesma será a única responsável pelas obras e serviços.

8.3 Procedência dos casos

8.3.1 Em caso de divergências entre as cotas dos projetos e suas dimensões em escala, prevalecerão as primeiras.

8.3.2 Em caso de divergência entre as especificações e os demais projetos será consultada a fiscalização.

8.3.3 Nenhuma modificação poderá ser feita nos projetos, sem aprovação, por escrito, da fiscalização.

8.3.4 Em caso de dúvida, quanto à interpretação dos projetos ou destas especificações, serão consultados os técnicos designados pela SEMTUR.

8.3.5 Em caso de divergências entre o projeto arquitetônico e os demais, prevalecerá o primeiro.

8.4 Administração da obra

8.4.1 A construtora deverá manter na obra um preposto (sênior), com conhecimentos que lhe permitam conduzir com perfeição a execução de todos os serviços, bem como funcionários na quantidade suficiente para o bom andamento da obra.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O prazo de vigência do contrato inicia-se na data de publicação no Diário Oficial do Município, encerrando com o recebimento definitivo dos serviços.

10. PRAZOS

10.1 Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de **120 (cento e vinte)** dias consecutivos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE.

10.2 Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da licitação será recebido em duas etapas:

10.3 Provisoriamente, mediante termo circunstanciado emitido pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, em até **15 (quinze)** dias, a contar da comunicação escrita da CONTRATADA de conclusão dos serviços.

10.4 Definitivamente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, vistoria e adequação das pendências constantes do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a **60 (sessenta)** dias, a contar do recebimento provisório.

10.5 A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pela Secretaria Municipal de Turismo de Maceió não implicam na sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

11. GARANTIA DO SERVIÇO PRESTADO

11.1 O prazo de garantia do objeto será de no mínimo 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo.

11.2 A CONTRATADA deverá oferecer a possibilidade de abrir chamados técnicos por telefone, email ou fax.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

12. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Os serviços serão fiscalizados por um servidor ou comissão de servidores da SEMTUR, designado pela CONTRATANTE para essa finalidade, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

12.2 À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

I. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato.

II. Acompanhar a execução dos serviços e atestar o recebimento definitivo, e indicar as ocorrências verificadas.

III. Encaminhar à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMTUR os documentos que relacionem as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à CONTRATADA.

IV. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica.

12.3 Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações, será sempre consultada a FISCALIZAÇÃO, sendo desta o parecer definitivo.

12.4 A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

12.5 A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

12.6 As dúvidas inerentes ao desenvolvimento de quaisquer projetos/serviços, bem como as tomadas de decisões levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO, serão tomadas em até 36 (trinta e seis) horas após a FISCALIZAÇÃO tomar ciência do ocorrido e/ou solicitação, principalmente se a decisão exigir pesquisa de campo ou técnico-científica ou outra razão alheia a sua vontade que impossibilite decidir naquele momento.

12.7 Todas as dúvidas deverão estar devidamente anotadas e encaminhadas à FISCALIZAÇÃO.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 QUANTO À LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1.1 Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

13.1.2 Obedecer a todas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, referentes à qualidade e procedimentos de execução.

13.1.3 A CONTRATADA deverá responder por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com a obra, inclusive no tocante aos seus empregados e prepostos.

13.2 QUANTO AOS MATERIAIS E SERVIÇOS

13.2.1 Atender às normas da ABNT e INMETRO em suas edições mais recentes e seguindo as especificações técnicas deste Projeto Básico e Executivo.

13.2.2 Fornecer os equipamentos mecânicos e ferramental necessários, sendo os mesmos adequados para cada execução, em qualidade e quantidade.

13.2.3 Utilizar material de primeira qualidade, aplicando tecnologia, equipamentos e mão de obra adequada a cada serviço conforme normalização técnica e especificações dos fabricantes garantindo a perfeita execução dos serviços contratados.

13.2.4 Observar rigorosamente os prazos de validade dos materiais, que serão recusados pela FISCALIZAÇÃO caso se encontre com o prazo vencido.

13.2.5 Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, apontados pela FISCALIZAÇÃO.

13.2.6 Realizar toda a movimentação de material fora e dentro do canteiro da obra.

13.2.7 Facilitar o acesso da FISCALIZAÇÃO aos materiais e serviços contratados.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

13.2.8 Todos os projetos/ serviços mencionados neste documento e seus anexos serão executados sob-responsabilidade pessoal, direta e exclusiva da CONTRATADA, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade.

13.2.9 É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o material, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços, bem como encargos, taxas e outras despesas.

13.2.10 A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação, em que se fizerem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado, sendo ainda, responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros.

13.2.11 Todos os serviços contratados são de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

13.2.12 Promover a anotação, registro, aprovação, licenças e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

13.2.13 Proceder a um minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a perfeita execução dos serviços.

13.2.14 Projetos estruturais e execução de sondagens se necessário serão de responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA.

13.2.15 Caso haja necessidade futura de licenciamento ambiental junto a qualquer outro, esta será de responsabilidade da empresa contratada.

13.2.16 Caso haja necessidade de elaboração de um projeto executivo, fica claro que na ocorrência de tal demanda durante o período de execução da obra ou mesmo no período que anteceda sua execução, será da contratada a obrigação da elaboração do projeto supracitado, isentando esta secretaria de qualquer responsabilidade ou custo com o mesmo.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

13.3 QUANTO À MÃO DE OBRA

13.3.1 A logística apresentada deverá atender ao cronograma, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a indicação do quantitativo de mão-de-obra, equipamentos, veículos, ferramentas e outros utensílios necessários ao fiel cumprimento do contrato.

13.3.2 Manter, no local da obra, em caráter permanente, equipe convenientemente dimensionada para execução dos serviços, devidamente identificados com crachás e fardamento da empresa.

13.3.3 O Responsável técnico da empresa deverá supervisionar os trabalhos através de visitas diárias à obra.

13.3.4 Deverão ser afastados da obra, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos da CONTRATANTE.

13.3.5 Somente será admitida a substituição de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para a contratação da licitante por outro com capacitação, experiência e qualificação técnicas devidamente comprovadas, equivalente ou superior à do profissional substituído.

13.3.6 A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela CONTRATANTE.

13.3.7 Os integrantes da Equipe de Trabalho indicada pela CONTRATADA que no decorrer da execução dos serviços se tornarem impedidos de continuar sua atividade, em face de fatos imprevistos, licença médica de longa duração, demissão ou outras causas e, ainda, aqueles que se mostrarem inaptos na condução de suas atividades, seja por falta de conhecimento técnico, não participação efetiva na condução dos trabalhos, falta de interesse pelo trabalho, etc., deverão ser substituídos pela CONTRATADA.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

13.3.8 Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional de que trata este subitem não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

13.3.9 Observar, quanto ao pessoal, às disposições da lei de nacionalização do trabalho.

13.3.10 Responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços.

13.3.11 Os serviços executados fora do horário útil (noite, finais de semana e feriados) deverão ser solicitados oficialmente pela CONTRATADA à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 horas, para a devida autorização e acompanhamento da FISCALIZAÇÃO.

13.4 QUANTO ÀS CONDIÇÕES GERAIS

13.4.1 Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC necessários, fiscalizando a sua efetiva utilização, conforme exigências do Ministério do Trabalho e Emprego para cada atividade específica, em especial quanto ao trabalho e altura e manuseio, guarda e utilização de produtos químicos nocivos a saúde do ser humano.

13.4.2 Proceder a limpeza diária e permanente nos locais envolvidos pelos serviços, utilizando produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas.

13.4.3 Submeter previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO eventuais ajustes de cronograma e plano de execução dos serviços.

13.4.4 Comunicar qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinária que venha a ocorrer por ocasião da execução dos serviços.

13.4.5 Todas as medidas deverão ser conferidas no local.

13.4.6 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório.

13.4.7 Manter durante todo o período de execução do contrato situação regular da empresa e dos profissionais envolvidos nos serviços perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/AL e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/AL.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

13.4.8 Entregar os documentos previstos em contrato nos prazos fixados, incluindo o Relatório de Serviços Executados (contendo todas as atividades desenvolvidas no período, incluindo todas as alterações dos projetos e/ou serviços) ao final de cada etapa e, sempre que a FISCALIZAÇÃO exigir, pareceres técnicos sobre fatos relevantes ocorridos no transcorrer do desenvolvimento dos projetos/serviços.

13.4.9 Comunicar por escrito a FISCALIZAÇÃO a conclusão dos serviços.

13.4.10 Quando for o caso, entregar a FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, ao término dos serviços, os seguintes documentos:

13.4.11 a) quando for o caso, recibos de alvarás, taxas e emolumentos pagos e com a aprovação definitiva da Prefeitura de Municipal de Maceió;

13.4.12 b) projetos atualizados com as alterações eventualmente ocorridas, em meio magnético (CD-Rom ou DVD-Rom) e em 03 (três) vias impressas assinadas pelos respectivos responsáveis técnicos pelas execuções acompanhado da respectiva a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e Registro de Responsabilidade Técnica - RRT;

13.4.13 c) registros de todos os elementos dos projetos/serviços (pranchas, memoriais, especificações técnicas, planilhas e etc.) e os responsáveis pelas aprovações, revisões, alterações, encarregados de tal atribuição.

13.5 QUANTO À SUBCONTRATAÇÃO

13.5.1 A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todo o serviço objeto do contrato.

13.5.2 A CONTRATADA apenas poderá subcontratar serviços que, por sua especialização, requeiram o emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados, devendo ser previamente autorizada pela FISCALIZAÇÃO.

13.5.3 O total dessa subcontratação não poderá superar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

13.5.4 Se autorizada a realizar a subcontratação de parte dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

13.5.5 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua re-execução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

13.6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.6.1 A CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir livre acesso dos técnicos da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da CONTRATANTE relacionadas à execução do contrato;
- II.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- III.** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

13.7 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

13.7.1 Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA e/ou no CAU, em nome da CONTRATADA, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com o objeto do presente Projeto Básico e Executivo, emitida pelo CREA e/ou CAU da jurisdição da sede da licitante.

13.7.2 As certidões de registro no CREA e/ou no CAU emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

13.7.3 Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e/ou CAU, em nome de profissional de nível superior (Resolução n. 218 de 29/06/1973, do CONFEA; e Resolução nº 24, de 06/06/2012, do CAU/BR) legalmente habilitado, vinculado à CONTRATADA, acompanhado de Atestado(s) de Capacidade Técnico - Operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra de construção, com as seguintes características relevantes, as quais não precisam constar simultaneamente do mesmo atestado:



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

13.7.3.1 Execução de pelo menos os quantitativos elencados abaixo referentes aos seguintes itens da Planilha Orçamentária:

13.7.3.2 REFORMA DA PRAÇA E MIRANTE SÃO GONÇALO
(Ver anexo 1- Planilha orçamentária)

13.7.4 A CONTRATADA deverá comprovar o vínculo societário, empregatício ou contratual do(s) profissional (is) que faz (em) parte de seu quadro profissional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I.** Caso o profissional seja regido pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT: cópia autenticada do “Contrato de Trabalho” ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, que comprove o vínculo empregatício com a licitante.
- II.** Caso o profissional seja sócio da CONTRATADA ou de suas controladas: cópia autenticada do contrato social ou estatuto que comprove a condição de sócio.
- III.** Caso o profissional tenha contrato de Prestação de Serviços com a CONTRATADA: cópia autenticada do contrato, cujo prazo de vigência abranja, no mínimo, o período de prestação dos serviços à Prefeitura de Maceió.

13.7.5 Na hipótese de contrato de prestação de serviços (inciso III do item acima), será aceito instrumento contratual com cláusula de vinculação da sua validade à adjudicação do objeto dos serviços à licitante.

14. MEDIÇÕES

14.1 Serão realizadas em 06 (seis) parcelas, de acordo com o Cronograma Físico-financeiro.

14.2 A nota fiscal correspondente à medição deverá ser encaminhada à FISCALIZAÇÃO acompanhada da documentação constante no contrato.

14.3 No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, a FISCALIZAÇÃO impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

14.4 À CONTRATADA caberá sanar as falhas apontadas, submetendo, posteriormente, a etapa(s) impugnada(s) a nova verificação da FISCALIZAÇÃO.

15. PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

15.1 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

15.3 As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

15.4 As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

15.5 Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a CONTRATADA notificada da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar a defesa.

15.6 Recebida a defesa, o Prefeito Municipal de MACEIÓ deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

15.7 A inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa correspondente a 20% do valor a ele adjudicado.

15.9 A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados.

15.10 A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste.

15.11 As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade:

I - atraso de até 10 dias: multa de 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;

II - atraso de 11 até 15 dias: multa de 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;

III - atraso de 16 até 20 dias: multa de 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;

IV - atraso superior a 20 dias será considerado inexecução total do ajuste.

15.12 Nos casos de serviços não executados no prazo estipulado o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

15.13 Nos casos de serviços entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

15.14 Pelo não cumprimento da garantia legal e devida dos serviços executados durante o período mínimo estipulado neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.15 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

15.16 Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos serviços desde que a CONTRATADA apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.

15.17 A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos serviços, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMTUR e protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Maceió, no horário de 8h às 17h (horário local), até a data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério dessa SEMTUR a sua aceitação.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Todos os arquivos de projetos inseridos neste PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO estarão à disposição das empresas licitantes, na Comissão de Licitações, no dia útil seguinte ao da publicação do Edital até o dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação, no horário de 08h00min às 17h00min.

16.2 As empresas interessadas em participar do processo licitatório que preferirem poderá fornecer à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMTUR a mídia magnética removível de armazenamento de dados (*cd* ou *pendrive*) para fazer a cópia dos arquivos do ANEXOS, no mesmo prazo e horário mencionados no item anterior. Será fornecido recibo da gravação dos arquivos.

16.3 Este Projeto Básico e Executivo está constituído dos seguintes anexos:

ANEXO 1_PLANILHA ORÇAMENTÁRIA_REV04

ANEXO A_PROJETO BASICO_MIRANTE_IMPLANTAÇÃO_FOLHA 01_REV04

ANEXO B_PROJETO BASICO_MIRANTE_PLANTA DE DEMOLIÇÃO_FOLHA 02_REV03

ANEXO C_PROJETO BASICO_MIRANTE_PLANTA BAIXA PRAÇA_FOLHA 03_REV03

ANEXO D_PROJETO BASICO_MIRANTE_PLANTA DE PISO PRAÇA_FOLHA 04_REV03

ANEXO E_PROJETO BASICO_MIRANTE_CORTE ESQUEMÁTICO_FOLHA 05_REV03

ANEXO F_PROJETO BASICO_MIRANTE_AMPLIAÇÃO QUIOSQUE PB_FOLHA 06_REV01

ANEXO G_PROJETO BASICO_MIRANTE_AMP PLANTA PÍSO FORRO E COB_FOLHA 07_REV01

ANEXO H_PROJETO BASICO_MIRANTE_AMPLIAÇÃO QUIOSQUE CORTES_FOLHA 08_REV01

ANEXO I_PROJETO BASICO_MIRANTE_AMPLIAÇÃO QUIOSQUE ELEVAÇÕES_FOLHA 09_REV01

ANEXO J_PROJETO BASICO_MIRANTE_AMPLIAÇÃO WC_FOLHA 10_REV01

ANEXO K_PROJETO BASICO_MIRANTE_AMPLIAÇÃO WC_FOLHA 11_REV01

ANEXO L_PROJETO BASICO_MIRANTE_PLANTA ELETRICA_FOLHA 12_REV01



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

ANEXO M_ PROJETO BASICO_ MIRANTE _PLANTA HIDRAULICA_FOLHA 13_REV01

ANEXO 2_ MÍDIA DIGITAL CONTENDO: PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS

Maceió, 07 de Março de 2019.

Respeitosamente,

Luiz Guilherme Normande Chada

Arquiteto e Urbanista

CAU A107681-7



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

ANEXO I

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO /
COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS**



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

**ANEXO A ao L
PROJETO ARQUITETÔNICO / COMPLEMENTARES;**